

## **Um Olhar Sobre a Questão Carcerária no Brasil**

André Melo\*

Recentemente em 2017, rebeliões nas cadeias das cidades de Manaus, Boa Vista e em Natal mais de cem presos foram mortos e, segundo consta na imprensa, foram resultado do conflito de facções do crime organizado dentro das prisões pela disputa de poder dentro das cadeias. Isso nos mostra de forma clara o problema que existe no sistema carcerário brasileiro. Prisões superlotadas, com condições mínimas de higiene e saúde, a omissão do Estado, no sentido ressocializar o preso, faz com que o sistema carcerário no Brasil, a exemplo de outros países, tenha a fama de que quem entra na cadeia, sai pior do que entrou.

Este problema deve ser analisado em toda sua extensão, o que ultrapassa os limites da questão da segurança pública. Existem opiniões muito contraditórias sobre a questão. Estas vão desde os setores ligados à área jurídica que defendem a necessidade do endurecimento das leis, a construção de mais cadeias e até criar mecanismos para que o preso trabalhe durante o cumprimento da pena como forma de diminuir o gasto público com o sistema carcerário. Por outro lado, grupos ligados aos direitos humanos, defendem um tratamento mais justo para o preso, contudo sem aprofundar sobre as causas da violência.

Contudo precisamos entender como que na sociedade capitalista, atualmente tem crescido a violência e, conseqüentemente o número de indivíduos presos. Isso é claramente o reflexo de políticas de orientação neoliberal que sinteticamente, reduzem os gastos Estatais com políticas sociais, desregulamenta as relações de trabalho e aumenta o exército de desempregados. Esses desempregados em muitas cidades acabam por cair nas mãos do crime organizado e se caírem nas mãos do Estado, vão para a prisão.

O objetivo do artigo é fazer uma análise comparativa da questão carcerária nos Estados Unidos e Brasil. Como que nos Estados Unidos, a partir dos anos 1970 com a implementação de políticas de orientação neoliberais, aumentaram drasticamente o número de presos, paralelamente o Estado aumenta os gastos com segurança pública e diminui com gastos sociais (WACQUANT, 2012). Também analisaremos as políticas denominadas de tolerância zero e, como estas têm influenciado as políticas de segurança pública em outros países. No Brasil, vamos analisar a implementação de políticas de orientação neoliberais e especificamente no setor carcerário.

---

\* Graduado em história pela Universidade Federal de Goiás, especialista em ciência política pela UEG, mestre em sociologia pela UFG e doutorando em sociologia pela Universidade Estadual de Goiás.

Partindo das concepções sobre as consequências das políticas neoliberais, a partir das análises de Harvey (2011) e Viana (2009), passando por autores que discutem a questão carcerária especificamente como Wacquant (2011, 2012), demonstraremos como as políticas neoliberais em relação à segurança pública tem servido para encarcerar uma grande parcela da classe trabalhadora e do lupemproletariado que vêm suas condições de vida se tornarem mais difíceis.

### **Neoliberalismo**

O termo neoliberal, significa literalmente o novo liberalismo, contudo se analisarmos as práticas neoliberais, como a ajuda financeira que o governo americano deu para os bancos e grandes empresas depois da crise de 2008 (HARVEY, 2011) veremos que a ideia de que o mercado se autorregulará não passa de uma falácia. O neoliberalismo, que emergiu a partir da crise que o capitalismo passou nos anos 1960 (VIANA, 2009), teve como fundamento a ideia de que os mercados precisam ser livres da interferência estatal, de que o Estado deve cuidar de suas funções de Estado, como saúde, segurança e que garantindo as liberdades individuais, se torna possível o desenvolvimento da sociedade. O seu objetivo real era o desmonte do aparato do Estado bem-estar social<sup>1</sup> e a estabilidade de emprego e renda que a classe trabalhadora tinha neste período, isso nos países centrais.

É comum vermos nos jornais as manchetes de economia falando de crises na economia. Atualmente no Brasil estamos passando por uma, mas como que estas surgem e acabam nenhum jornal explica. Se analisarmos o capitalismo historicamente, veremos que ele passou por momentos em que o Estado e as relações de trabalho eram diferentes das atuais. Para entendermos estas mudanças, Viana (2009) denomina as fases do capitalismo, como regimes de acumulação. Assim podemos dividir os períodos do capitalismo em regimes de acumulação que se caracterizam por uma forma estatal, uma forma de organização do trabalho e uma forma de exploração internacional. Segundo Viana:

O regime de acumulação, portanto é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista, no entanto, possui uma tendência, determinada em sua própria essência: a produção de mais valor. O desdobramento da produção de mais valor é a acumulação de capital e este, por sua vez, gera a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital,

---

<sup>1</sup> Estado de bem-estar social e nome dado a forma estatal existente nos países centrais após 1945 e se caracterizava pela socialização do bem-estar social e proporcionava melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

gerando a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional, ao lado da ação estatal no sentido de garantir todo esse processo (2009, p. 31).

Outros desdobramentos são a resistência dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho bem como outras classes desprivilegiadas por maior assistência estatal. Outro desdobramento é que a produção capitalista se amplia de forma anárquica<sup>2</sup> e a competição entre capitalistas faz com que busquem mecanismos para obter mais lucro, geralmente em detrimento da classe trabalhadora, por outro lado os trabalhadores buscam melhores condições de trabalho, melhores salários, estas relações são reguladas pelo Estado. Em determinado momento estas contradições atingem um ponto agudo, abrindo possibilidades de transformação social e exigindo, do ponto de vista do capital uma reorganização do sistema. Neste ponto temos a crise que, segundo Viana, ocorrem:

Justamente quando um desses dois desdobramentos assume certa radicalidade e, na verdade, em um reforça o outro, pois as conquistas do proletariado interferem na extração de mais-valor, reforçando a tendência de queda da taxa de lucro e esta tendência, realizando-se e provocando a ação reativa da classe burguesa no sentido de aumentar a exploração para compensar tal queda, reforça o descontentamento e a luta do proletariado. Assim, um tende a reforçar o outro e proporcionar uma crise (2009, p31-32).

Logo, com a crise na qual um regime de acumulação não consegue manter a coesão social, abre-se o espaço para uma transformação social, do ponto de vista do proletariado ou, uma reorganização da sociedade do ponto de vista da burguesia, ou seja, um outro regime de acumulação. No contexto atual<sup>3</sup>, estamos no denominado regime de acumulação integral, que busca ampliar a extração de mais valor relativo e absoluto tanto no bloco imperialista como no bloco subordinado (VIANA, 2009). Esta ampliação se faz pela reestruturação produtiva na esfera da organização do trabalho, pelo neoimperialismo nas relações internacionais e pela emergência do Estado neoliberal, que analisaremos agora.

O neoliberalismo, surgiu como doutrina elaborada pelo economista Hayek nos anos 1940 (VIANA, 2009). Contudo, após a segunda guerra mundial, a forma de Estado que foi implantado nos países centrais foi o denominado Estado-de-bem-estar. Esse se caracterizava por investimentos públicos em necessidades coletivas e seguridade social. Com a organização do trabalho baseada no fordismo, e a intensificação da exploração internacional via capital transnacional. Consequentemente nos países subordinados como o Brasil, houve

---

<sup>2</sup> O termo produção anárquico do capitalismo, segundo Eaton (1965) diz respeito ao fato de que a produção capitalista não para de crescer, daí que decorre os problemas de superprodução.

<sup>3</sup> Viana (2009) coloca a sucessão de regimes de acumulação, extensivo, intensivo, conjugado e integral, cada um correspondendo a um estágio do desenvolvimento capitalista.

uma intensificação da exploração da classe trabalhadora e a forma Estatal autoritária se seguiu em vários países do bloco subordinado.

A partir da crise de regime conjugado<sup>4</sup> no fim dos anos 1960, em que os protestos mundiais em 1968 foram o ápice desse movimento, começa a ser retomada a ideologia neoliberal, que será posta em prática a partir da década de 1980 nos EUA com Reagan e na Inglaterra com Thatcher, sendo implementada no Brasil nos anos 1990 com Fernando Collor e Fernando Henrique e governos seguintes do PT. O princípio fundamental da ideologia neoliberal é o ilusório discurso da liberdade individual, em decorrência dela se faz necessário a desregulamentação estatal da economia deixando a mão do mercado regular as relações sociais, junto com o desmonte do aparato de seguridade social e direitos dos trabalhadores. Por fim temos a implementação da reestruturação produtiva, baseada no modelo japonês ou toyotismo de produção no qual se flexibiliza a produção intensificando a exploração do trabalhador, além de permitir terceirizações e subcontratações o que aumenta o desemprego. Segundo Viana:

O Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter gastos estatais, desregular o mercado e flexibilizar as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social (2009, p.87).

A fórmula geral das políticas neoliberais segue essa cartilha, contudo a sua implementação dependem do jogo das forças políticas, de um modo geral a implementação vem acompanhada de grandes protestos e a repressão estatal se intensifica. Como resultado, vemos um empobrecimento da maior parte da população, junto com o aumento do número de milionários<sup>5</sup>. Outro aspecto relacionado a redução dos gastos públicos é o surgimento das parcerias público-privadas nas quais o Estado transfere para ONGS a responsabilidade da assistência social que se retira. Além de não cumprir suas obrigações com eficiência essas parcerias deixam o custo com o Estado e os lucros com a iniciativa privada.

### **Questão Carcerária nos EUA**

Como discutimos anteriormente o resultado da implementação de políticas neoliberais são o aumento da pobreza de populações que são atingidas pela reestruturação

---

<sup>4</sup> Esse termo designa o regime que se caracterizava pelo Estado de bem-estar e a organização do trabalho baseada no fordismo.

<sup>5</sup> Harvey (2008) afirma que após as privatizações no México, surgiram 113 milionários naquele país muitos se beneficiaram das privatizações de empresas públicas.

produtiva e perdem seus empregos e, por outro lado, a redução de gastos estatais limita a possibilidade de ter uma condição de vida razoável. Nos EUA, a população carcerária subiu 500% da década de 1970, quando começaram a ser implementadas políticas neoliberais, para os anos 2000 (WACQUANT, 2012). Segundo o mesmo autor, em 2012 existiam 2 milhões de pessoas encarceradas nos EUA e mais 6,5 milhões cumprindo penas alternativas ou liberdade condicional. Estes números são quatro vezes maiores que a vinte cinco anos atrás, e é a maior população carcerária do mundo.

Os EUA passam por um processo de transferência de indústrias, estas vão em busca de mão-de-obra mais barata em países como o México, que têm legislações trabalhistas frágeis e governos lenientes com a exploração da classe trabalhadora pagando baixos salários. Nos países que perdem esses empregos, no caso os países centrais da Europa e América do Norte, a mão-de-obra acaba por se colocar em postos precarizados, na economia informal ou no crime organizado, principalmente (WACQUANT, 2011) a economia da droga. Muitas cidades dos EUA, segundo Wacquant (2011, 2012), como Los Angeles, Miami e Nova York se tornaram a partir dos anos 1970 locais com altos índices de criminalidade.

Paralelo a isso, o governo reduziu os gastos públicos com educação, seguro social e saúde e começou a investir mais em segurança pública. Esse investimento se deu através da adoção de políticas do tipo “tolerância zero”, junto com o endurecimento das leis penais e o aumento da participação da iniciativa privada no setor de encarceramento (WACQUANT, 2012). Segundo o criminalista Adam Crawford:

O conceito de tolerância zero é uma impropriedade de nomenclatura. Ele não implica, como parece, uma estrita sanção por todas as leis- o que seria impossível, até mesmo intolerável-, mas a sanção, necessariamente discriminatória, de certos grupos, em certos lugares simbólicos e usando certas leis. Quando foi que a tolerância zero atingiu os crimes de colarinho branco, as fraudes e os desvios de dinheiro, a poluição ilegal ou a violação da legislação de emprego e saúde? Na realidade, seria mais apropriado descrever as medidas de lei e ordem, implementadas em nome do tolerância zero, como estratégias de tolerância seletiva (APUD WACQUANT, 2012, p.102).

Na década de 1990 ficaram famosas as aparições do então promotor público Rudolph Giuliani na mídia como o grande defensor da ordem pública. Em Nova York foi implementada, e saudada pela mídia, com muito sucesso a tolerância zero. O Estado buscou um mecanismo para conter o aumento da violência que decorria das condições difíceis das classes mais desprovidas através do endurecimento das leis, aumento do aparato repressivo e, uma boa dose de sensacionalismo da mídia. Ao mesmo tempo, os novos milionários,

muitos tendo enriquecido de forma suspeita através das privatizações, como Carlos Slim no México (HARVEY, 2011), nunca enfrentavam um tribunal para responder por seus crimes.

Com o aumento da população carcerária e a redução dos gastos públicos, abriu espaço para o capital investir no sistema carcerário. Para isso esse necessário criar as condições para que este investimento desse retorno. A combinação de aumento de pessoas desempregadas ou sem renda, o endurecimento das leis e repressão policial, forneceu o contingente para superlotar as cadeias, segundo Eve Goldberg e Linda Evans:

Um operário norte americano que ganha 8 dólares perde o emprego quando a companhia se muda para a Tailândia, onde os operários recebem apenas 2 dólares por dia. Desempregado, alienado numa sociedade indiferente às suas necessidades, começa a envolver-se na economia da droga ou outro meio ilícito de sobrevivência. É preso, metido na cadeia e posto a trabalhar. O seu novo salário é agora de 22 centavos à hora (2001, p.91).

O trabalho prisional é altamente lucrativo, além de não haver custos de assistência como saúde, que são subsidiados pelo trabalho do preso, nem é preciso negociar com sindicatos, o preso trabalha para custear sua despesa e redução de sua pena. Wacquant (2012) cita empresas que administram prisões nos EUA, onde os lucros subiram entre 1996 e 1997 em 58%, passando de 293 milhões para 462 milhões de dólares.

Podemos perceber que a implementação de políticas neoliberais no EUA em específico, ocasionaram um aumento da pobreza, aumento da concentração de renda. Em decorrência dessas políticas aumento dos conflitos sociais e, em especial a violência urbana. Para controlar estes índices o Estado intensifica o aparato repressivo, ao mesmo tempo que abre uma nova oportunidade para o capital obter lucros através da exploração do sistema carcerário.

### **Questão carcerária no Brasil**

O Brasil, ao contrário dos países centrais, como os EUA, não teve um estado-de-bem-estar, muito ao contrário, durante a existência desse Estado nos países centrais, houve uma intensificação da exploração dos países subordinados. A ditadura no Brasil serve bem para comprovar essa afirmação. Durante a ditadura, com forte repressão estatal, sindicatos foram fechados, greves proibidas, aumentos de salários impostos pelo governo<sup>6</sup>. O capital transnacional obteve grandes lucros no período, auxiliado pela repressão estatal contra os movimentos de trabalhadores. A ditadura militar, um governo autoritário que tinha como

---

<sup>6</sup> Edmilson Costa (1997) demonstra em um trabalho que o valor do salário mínimo era de 367 reais em 1964 e no fim da ditadura militar era de 206 reais, em valores de 1997.

justificativa livrar o país do comunismo. Segundo Viana (2003) no capitalismo não existe democracia, existe uma ditadura oculta que tem a aparência de democracia, mas que revela a hegemonia da burguesia. Também existe a ditadura aberta, na qual o Estado impõe políticas sociais, mesmo que tenha oposição a essas políticas. Durante a ditadura militar, o Estado se utilizava de torturas e assassinatos sem o devido processo legal. Interessante que após o fim do regime essa forma de atuação do Estado continuou a existir no Brasil.

O fim do regime ditatorial, nos anos 1970, coincidiram com a crise do regime de acumulação conjugado e a passagem para o regime de acumulação integral. No Brasil esta passagem se tornou visível a partir dos anos de 1990 com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique que claramente seguiam uma agenda neoliberal.

Do ponto de vista da organização do trabalho, o Brasil passou a partir dos anos 1930 por um processo de industrialização que se intensificou a partir dos anos 1950 (BIELSCHOWSKY, 2000). A organização do trabalho não seguia o fordismo implementado nos países centrais a partir de 1945, mas um fordismo periférico ou incompleto. A industrialização apoiada no capital transnacional, e posteriormente apoiada pela ditadura militar, foi definido por alguns autores como acumulação predatória<sup>7</sup>. Isso significou regimes de trabalho que se assemelhavam aos existentes na Europa no período da revolução industrial. (COSTA, 1997)

Na década de 1990 o modelo japonês ou toyotista já tinha se disseminado por grande parte dos países capitalistas e não foi diferente com o Brasil. Em linhas gerais se caracteriza por uma produção em pequenos lotes e voltada para a demanda. Ao mesmo tempo exige-se do trabalhador execute múltiplas tarefas, numa linha de produção que comporta trabalhadores terceirizados no processo produtivo e que os ganhos são menores e sem garantias e segurança no trabalho. Em alguns setores da economia, onde o trabalho não produz valor, é perceptível a substituição de trabalhadores por máquinas ou jovens estagiários, como no setor bancário.

Conforme dissemos antes essa implementação depende das características da sociedade, no caso do Brasil, um país de capitalismo atrasado e subordinado aos países centrais. Essas características foram exploradas pelos defensores do livre mercado, propalando que o Estado era muito grande, intervinha muito na economia e tinha uma

---

<sup>7</sup> O regime de acumulação conjugado o capitalismo imperialista aumenta a extração do mais valor relativo e absoluto no bloco subordinado, daí a explicação do termo usado por Costa.

máquina grande e ineficiente. Nos anos 1980 e início dos 1990 o Brasil passava por um surto inflacionário, com baixo crescimento econômico e alto desemprego. Junto a isso o fato do país ter uma grande dívida externa<sup>8</sup> que drenava recursos para o pagamento dos juros da dívida.

Neste contexto, foram implementadas as reformas para a modernização do Estado. Esse pacote incluía as privatizações de empresas estatais, reforma e flexibilização das leis de seguridade social e trabalhistas. Tudo isso com o aval das agências financeiras internacionais como o FMI, e o Banco Mundial, que segundo Harvey:

Se tornaram a partir de então centos de propagação e implantação de fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal. Em troca de reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes de gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ajuste estrutural (2008, p.38).

Em um país com graves problemas sociais, com uma grande população sem acesso a condições mínimas para sobreviver, os resultados, como esperado, foram o aumento da violência, pobreza e concentração da riqueza por parte da minoria da população.

Neste contexto de Estado diminuindo, os já poucos, gastos sociais e o crescente desemprego culminou com o aumento dos índices de violência, segundo dados do Jornal o Globo (2016), em 2003 o Brasil teve 48.909 homicídios e em 2014 atingiu a marca de 59.627 ocupando, segundo a reportagem o 11º na lista dos países com as maiores taxas de homicídios no mundo. A situação é pior nos grandes centros urbanos, locais onde os que menos têm acesso à renda, saúde, habitação e infraestrutura urbana.

Neste quadro de aumento da violência o Estado não está preparado para dar uma resposta e esse aumento da criminalidade (SOARES e GUINDANI, 2007). Para os estudiosos do campo jurídico, existe uma deficiência nas leis penais, com códigos atrasados e com punição brandas, claro que estão se referindo à punição dos pobres, que roubam muitas vezes por necessidade, pois não demonstram a mesma indignação contra crimes cometidos pela burguesia como exploração de trabalho, fraudes fiscais, etc. Um outro fator mencionado pelos juristas é ineficiência das forças policiais e a sua atuação. Segundo Soares (2007) em 2003 na cidade do Rio de Janeiro 1195 pessoas foram mortas pela polícia, a grande maioria

---

<sup>8</sup> Damien Millet e Éric Toussaint (2005) demonstram através dos valores pagos pelos países subdesenvolvidos de que para cada dólar emprestado em 1980, esses países em 2001 tinham pago US\$ 7,50 e ainda deviam US\$ 4,00.

de pobres, moradores de favelas e periferias, o que pode caracterizar uma política de extermínio.

Os que não são mortos pela polícia e, que muitas vezes nem são julgados, são jogados no sistema carcerário. Esse se caracteriza pela superlotação, corrupção, um ambiente em que não ocorre a ressocialização. Ou outro aspecto do sistema daqui é que o Estado diz que não tem recursos suficientes para gerir o sistema prisional. Contudo, diferente dos EUA, onde a iniciativa privada constrói e administra prisões, como vimos anteriormente, o modelo adotado no Brasil se caracteriza por uma forma de drenar os recursos públicos. As parcerias público-privadas são feitas com empresas suspeitas de corrupção, que prestam um serviço de baixa qualidade, sem profissionais qualificados e com efetivo reduzido o que faz com que a “crise” não seja novidade. Além disso as parcerias público-privadas visam exclusivamente os recursos do Estado. Segundo Soares e Guindani:

Apenas 26% dos presos estão em atividades laborativas, conforme pesquisa coordenada por Julita Lemgruber. Além disso, as condições da vida carcerária restringem esse direito a apenas uma minoria, sendo ainda objeto de controvérsia a sua exploração, pois os sujeitos presos não contam com qualquer benefício previdenciário (2007, p.136).

Nos EUA o trabalho prisional existe por explorar o trabalhador e propiciar altas taxas de lucro para o capital. No Brasil, a diferença é que o Estado faz as concessões e disponibiliza os recursos, o que garante alta rentabilidade para que detêm a concessão. A forma de terceirização adotado no Brasil é diferente do implantando nos EUA, mas igualmente cruel, pois transforma as prisões em territórios dominados pelo crime, no qual os presos são submetidos a condições desumanas, daí vemos não só agora várias rebeliões e assassinatos dentro das prisões.

### **Considerações Finais**

A crise do sistema carcerário não pode ser analisada apenas pela ótica de problemas de ordem jurídica. Esses problemas remetem a questões fundamentais como a origem da violência nas sociedades modernas, passando pelo papel do Estado que em tese deveria criar políticas tanto de segurança pública como de assistências social para as classes desprivilegiadas. Diante das relações sociais existentes na sociedade capitalista, podemos pensar que esta sociedade pode viver sem violência.

Do que foi discutido no texto, sobre a exploração da classe trabalhadora, da luta entre a burguesia para se apropriar do mais valor e do proletariado para conseguir melhores

salários, pensamos que não. Tanto que os ideólogos do campo jurídico, partem de Hobbes (FROMM, 1970), para defender a tese que o homem é o lobo do homem. Partindo dessa premissa, concebem a violência como inata do ser humano e, portanto, se faz necessário a existência do Estado para controlar essa característica. Se o homem é mau por natureza, como querem acreditar os seguidores dessa ideologia, como explicar sociedades que vivem em harmonia, como muitas sociedades indígenas? Acreditamos que o homem nem é bom nem mau, ele nasce com o potencial para se desenvolver, contudo em sociedades classistas onde existe a exploração do homem, esse desenvolvimento não lhe é permitido, daí a revolta de muitos contra a dominação e exploração.

Neste ponto entramos no papel do Estado, em sociedades divididas em classes sociais, em que uma classe explora as demais, se faz necessário, do ponto de vista da classe dominante a existência do Estado, para manter a “ordem” e permitir a reprodução dessa sociedade. No caso da sociedade capitalista, em que as relações de produção são caracterizadas pela exploração de uma classe sobre outra, na qual a apropriação privada da produção social, com a finalidade de obter lucro, por parte dos capitalistas, e reduzindo cada vez mais a parcela destinada ao trabalhador (EATON, 1965).

Consequentemente a violência, uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo (VIANA, 2002), é necessária para a manutenção de sociedades que tem como característica a luta de classes, como na capitalista. O aparato Estatal que é comandado pela burguesia tem por finalidade, garantir a ordem para a classe dominante e, não promover a justiça social. Logo, questões como a violência e a criminalidade não encontrarão solução dentro desta sociedade, uma vez que seu próprio desenvolvimento vai gerando mais contradições. E como assistimos atualmente, crises que o Estado parece incapaz de agir e, infelizmente emergem os conservadores que defendem um Estado autocrático que acaba a agradar boa parte da população amedrontada da violência.

Também é o momento oportuno para se contestar a sociedade capitalista e o Estado, diante da evidente incapacidade destes de conter a violência e criar boas condições de vida para a maioria da população que vive na miséria e sem perspectivas para sair dessa condição.

### Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- COSTA, E. *A Política Salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GOLDBERG, E & EVANS, L. *O Gulag Americano*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2001.
- FROMM, E. *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital e suas Crises*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILLET, D & TOUSSAINT, E. *50 Perguntas, 50 Respostas: Sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVERIA, G. *Mapa da Violência no Brasil*. In: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627#ixzz4W9i6g6xL>
- SOARES, L.E. & GUINDANI, M. A Segurança tem jeito? In ITUASSU, A.org. *O Brasil tem jeito?* Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- VIANA, N. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, N. *A Violência Urbana*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.
- WACQUANT, L. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- WACQUANT, L. *Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.